A Januara



Relatório de Gestão e Contas

Fundação Joaquim Honório Raposo

Exercício de 2024



Relatório de Gestão



2

Relatório de Gestão

Nos termos da Lei Associativa, vimos submeter o Relatório e Contas relativo ao Exercício do ano de 2024 da Fundação Joaquim Honório Raposo, esperando obter a sua aprovação.

Este documento tem como principal objectivo, expressar através das diversas ferramentas usadas pela contabilidade a situação económico-financeira da Fundação. A análise que em seguida propomos examinar divide-se nos seguintes pontos:

- I. Análise do Documento Contabilístico Balanço;
- II. Análise do Documento Contabilístico Demonstração de Resultados;
- III. Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

Contabilista Certificado

Assinado por: **Ricardo Jorge Ciríaco da Silva** Num. de Identificação: 12337741 Data: 2025.06.13 09:54:49+01'00'

Certificado por: Ordem dos Contabilistas

Certificados
Atributos certificados Membro da OCC nº 83142
Pos CONTABILISTAS
CERTIFICADOS

Direção





Balanço





Análise do Documento Contabilístico Balanço. I.

Balanço:

	NOTAS	DAT	AS
RUBRICAS		31/dez/24	31/dez/23
ATIVO			
Ativo não corrente	4	773 919,87	717 087,01
Ativos fixos tangíveis Outros ativos financeiros	1 11	10 790,20	10 790,20
Outros ativos financeiros	1 ''	784 710,07	727 877,21
			•
Ativo Corrente			**
Clientes	15	28 570,04	27 600,23
Estados e outros entes públicos	29	36 903,63	30 694,30
Outras contas a receber	15	31 921,75	16 497,41
Caixa e depósitos bancários	11	98 379,23	104 126,06
		195 774,65 980 484,72	178 918,00 906 795,21
Total do ativo		900 404,72	900 793,21
	NOTAS	DAT	TAS
RUBRICAS		31/dez/24	31/dez/23
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			1
Capital realizado	15	38 702,54	38 702,54
Resultados transitados	15	267 213.71	123 651,03
Ajustamentos em activos financeiros	15	0,00	0,00
Outras variações no capital próprio	15	167 294,84	146 866,21
Resultado líquido do período		68 226,86	143 562,68
			150 700 10
Total do capital próprio		541 437,95	452 782,46
Passivo			
Passivo não corrente			
Estado e outros entes públicos		204 282,47	214 516,03
Financiamentos obtidos MLP		87 232,10	500 X (1) 40
Financiamentos obtidos MLP		291 514,57	98 249,07
Passivo corrente		201014,01	00 2 10,01
The Control of the Co	15	52 675,54	12 367,55
Fornecedores	15	20 186,92	
Estado e outros entes públicos	15	74 669,74	Anna and a second
Outras contas a pagar	13	147 532,20	
Total do passivo		439 046,77	
Total do capital próprio e do passivo		980 484,72	
		0,00	0,00





O estudo de balanços de anos consecutivos concede-nos a possibilidade de avaliar a dinâmica da situação financeira da Fundação em diferentes períodos, bem como, ainda a sua evolução.

NITO (ON)

O Balanço é um documento que reflecte a situação económica e financeira num dado momento de tempo. É desta forma um documento estático e somente pela comparação da sua evolução se poderá obter uma ideia dinâmica.

Cada Balanço, em termos formais, é constituído por duas partes: Ativo (consiste nas aplicações de fundos) e Passivo (fundos alheios) e capital próprio (fundos próprios), consistindo ambos em origem de fundos.

O Ativo representa os bens essenciais para o funcionamento da Fundação: terrenos, edifícios, equipamentos, despesas de instalação, propriedade industrial, matérias-primas, mercadorias, dívidas de clientes e disponibilidades. No Passivo encontramos as dívidas a fornecedores, os empréstimos bancários, os suprimentos e as dívidas ao Estado. O capital próprio representa os valores do capital social, isto é, a acumulação dos resultados gerados ao longo dos anos e que não foram distribuídos.

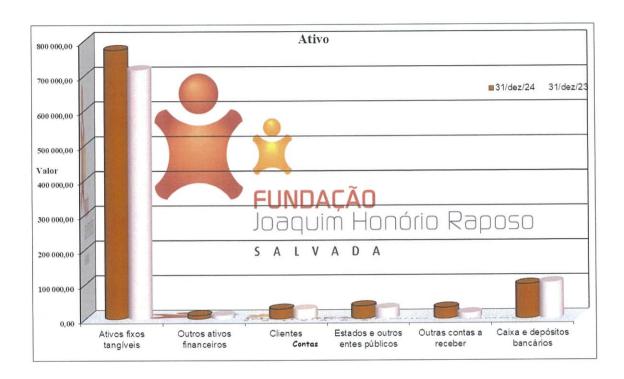
Deste modo, dissecando o documento supra apresentado, constatamos os resultados de 980.484,72 € no ano de 2024 e 906.795,21 € no ano de 2023, ocorrendo um aumento de 73.689,51 € no decorrer do exercício de 2024.



Seguidamente procede-se a uma análise mais detalhada para destacar onde ocorreram as alterações:

MUDION)

Gráfico do Ativo:



O Ativo expresso no gráfico supra, divide-se em parte do Ativo Não Corrente formada pelos valores que se encontram imobilizados, ou seja, que não entram no ciclo de exploração servindo apenas para apoiar a atividade da Fundação.

As restantes rubricas sem contar com o Imobilizado, consiste no Ativo Corrente, caracterizado por Ativos que não têm carácter duradouro ou permanente numa Fundação. São Ativos de prazo mais curto e de maior liquidez, tais como os depósitos à ordem, os débitos sobre terceiros e as existências.

Em discordância com a tendência do Balanço, o Ativo Não Corrente da Fundação apresentou um acréscimo em cerca de 56.832,86 € de 727.877,21 € em 2023 para 784.710,07 € no ano de 2024. Para esta situação contribuiu a o investimento realizado na construção de novas camas que está espelhado na rubrica de Edifícios e Outras Construções (valor de 87.816,49 €).

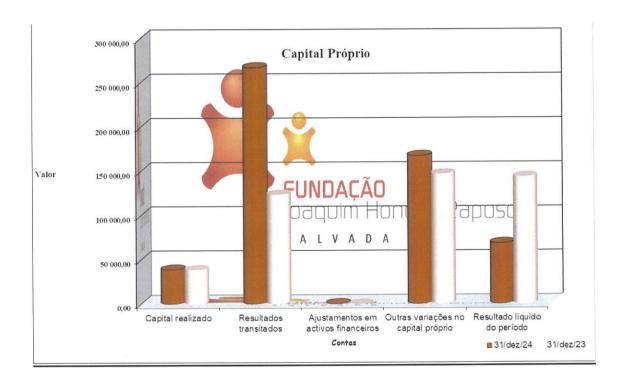




Verificando o património circulante da Fundação, este apresenta também um aumento no seu total no valor de 82.133,34 €. Este incremento tem como principal responsável o aumento registado na rubrica de Caixa e depósitos bancários, sendo ainda notório o aumento verificado nas retenções da SS e no registo do valor pago a Herdeiros.

Magan

Gráfico do Capital Próprio:

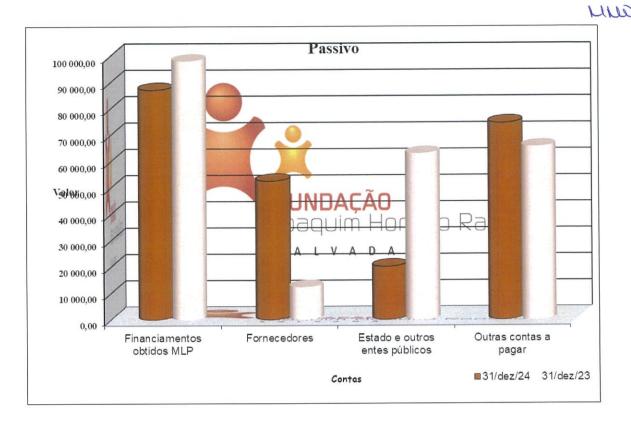


O Capital Próprio consiste no conjunto de recursos financeiros que a Fundação tem à sua disponibilidade para utilizar livremente a fim de financiar as suas actividades.

No que concerne ao Capital Próprio constatamos a consolidação dos totais positivos verificados no ano anterior, reflexo do valor positivo dos resultados dos exercícios dos últimos exercícios, uma vez que, as diferenças constatadas entre os dois anos em análise se cifram nos 88.655,49 €, passando assim, o total do Capital Próprio de 452.782,46 € no ano de 2023, para 541.437,95 € no ano de 2024.



Gráfico do Passivo:



O conjunto formado pelas obrigações que uma entidade tem para com terceiros tem a designação de Passivo. O Passivo é tradicionalmente dividido em Exigível de Curto Prazo, no qual constam obrigações que uma entidade tem de solver até um ano a contar da data do Balanço e Exigível de Médio e Longo Prazo, de que fazem parte obrigações que uma entidade tem de solver a mais de um ano a contar da data do balanço.

O Passivo da Fundação sofreu um ligeiro decréscimo no presente exercício, no valor de 14.965,98 €, ou seja, uma passagem dos 454.012,75 € do ano de 2023, para os 439.046,77 € no ano de 2024.

As rubricas de Fornecedores e Estado e outros entes públicos e Outras Contas a Pagar, apresentam oscilações negativas de 40.307,99 € (deste valor foi liquidado 35.500,00€ no início de janeiro de 2025, relativos à aquisição de uma viatura faturada no final de dezembro de 2024) e 8.950,11 €, no entanto a divida ao estado de curto prazo apresenta uma diminuição significativa de 42.973,55€.

De realçar que a rubrica de Outras Contas a Pagar, apresenta um reforço significativo através de um reconhecimento contabilístico que até à data não esta a ser efetuado, que consiste na especialização dos subsídios de férias e férias do pessoal.







Demonstração de Resultados







II. Análise do Documento Contabilístico Demonstração de Resultados.

Demonstração de Resultados:

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAG	31/dez/24	31/dez/23
Vendas e serviços prestados	8	583 147,62	174 122,23
Subsidios à exploração	10	78 779,18	378 222,46
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	7	-75 755,27	-70 921,28
Fornecimentos e serviços externos		-78 127,46	-68 683,28
Gastos com pessoal	12	-509 426,89	-431 908,70
Outros rendimentos e ganhos		115 914,36	204 943,04
Outros gastos e perdas		-3 671,94	-5 935,55
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		110 859,60	179 838,92
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	-24 892,87	-19 843,22
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	-		
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		85 966,73	159 995,70
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Jurros e gastos similares suportados	6	-17 739,87	-16 433,02
Resultado antes de impostos		68 226,86	143 562,68
Imposto sobre rendimento do período			
Resultado liquido do período		68 226,86	143 562,68
Resultado das actividades descontinuadas (liquido de impostos) incluido no resultado liquido do periodo			

Enquanto a análise do Balanço permite avaliar a situação patrimonial da Fundação, num determinado momento do tempo e como resultado das operações realizadas, a Demonstração de Resultados regista e apresenta a informação financeira referente exactamente a esse conjunto de operações.

Dado que ao Balanço está associada uma análise estática da realidade da Fundação, a Demonstração de Resultados pretende oferecer uma visão mais dinâmica, evidenciando de que modo as operações financeiras decorrentes da actividade regular se transformam em efectivos ganhos.

A lógica de apresentação da Demonstração de Resultados resulta da relação entre dois conceitos: Gastos e Rendimentos. É através da comparação entre os dois que se pode concluir algo acerca da capacidade de criação de lucro por parte da Fundação, lucro esse





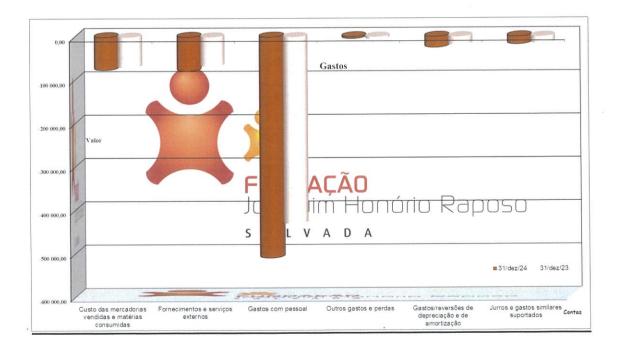
medido pela diferença entre os Rendimentos auferidos e os Gastos suportados ao longo de um determinado período.

nuo

O ponto mais relevante a notar em relação a estes dois conceitos são a diferença que existe entre as noções de Gastos, por um lado, e entre Rendimentos, por outro. Enquanto as noções de Ganhos e Perdas estão directamente ligadas ao momento em que a Fundação procede aos recebimentos e pagamentos decorrentes da sua actividade corrente, o conceito de Gastos e Rendimentos deixa para segundo plano esse momento dando antes relevância ao momento do tempo em que a Fundação assume o compromisso de determinado encargo, no caso dos Gastos, ou adquire o direito a um bem ou activo, no caso dos Rendimentos.

Desta forma, iremos analisar separadamente os dois campos da demonstração para verificarmos as evoluções ocorridas de 2023 para 2024, tendo como base o quadro anterior e os seguintes gráficos.

Gráfico dos Gastos:



No que diz respeito aos Gastos e Perdas, constatamos um aumento no seu total de 95.889,25 €, ou seja, um incremento de 613.725,05 € no ano de 2023 para 709.614,30 € no ano de 2024, contribuindo decisivamente, os aumentos nas rúbricas de Gastos com

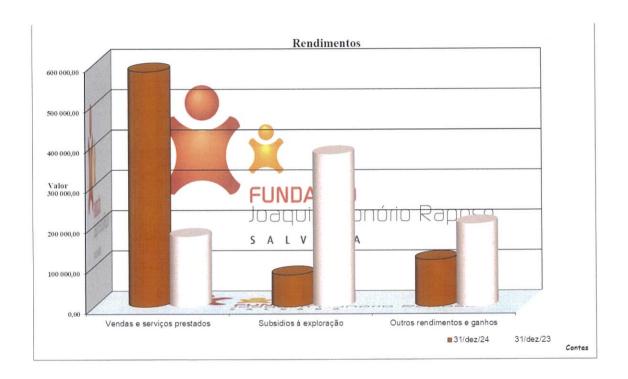




Pessoal. Deste aumento de 77.518,19 € são da rubrica de pessoal, que como referido anteriormente 69.207,12 €, corresponde a uma antecipação dos gastos com subsídios de férias e férias de 2024 a pagar em 2025, especialização contabilística, que se entendeu adotar em 2024 segundo recomendação da própria Segurança Social.

Podemos verificar que as restantes rubricas à exceção dos Outros Gastos e Predas apresentam também aumentos, mas menos significativos e com menor impacto na diminuição verificada nos resultados.

Gráfico dos Rendimentos:



No que concerne aos Rendimentos, constatamos uma tendência semelhante aos Gastos, com um ligeiro aumento de 20.553,43 €, passando dos 757.287,73 € registados em 2023 para os 777.841,16 € em 2024. O incremento verificado deve-se principalmente na aos rendimentos fora da atividade que se verificaram, como por exemplo alienação de património, registado na rubrica Outros Rendimentos e Ganhos.

De realçar que o ano de 2024 não apresenta rendimentos ligados ao rendimento extraordinário do fundo de compensação que foi decisivo para apresentação de resultados positivos em 2022 e 2023.





Relativamente aos resultados obtidos, verificamos a continuidade da tendência positiva que a instituição apresentou no exercício anterior.

Quanto ao Resultado Líquido do Exercício, constata-se a continuidade do valor positivo apurado relativamente ao ano de 2023, passando do valor de 143.562,68 € para os 68.226,86 € no presente exercício.

Este resultado expressa uma viragem na sustentabilidade da instituição, com o aumento da sua capacidade de gerar mais receitas com o aumento das valências em termos de rendimentos.







Balancete







Anexo às DF No SNC-ESNL





IDENTIFICAÇÃO

A Fundação Joaquim Honório Raposo, é uma Fundação, constituída em 28 de novembro de 1962, com o NIPC 501065997.

A entidade encontra-se sediada na Freguesia da Salvada, Rua da Estrada Nova, 7800-681 Beja.

A Fundação Joaquim Honório Raposo é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, e de acordo com os seus Estatutos, "tem por objetivos principais-prosseguir fins de Segurança Social, constituída para dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade entre as pessoas, com relevo através do apoio às famílias, idosos e comunidade.

1. ESTRUTURA E CONTEÚDO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) do Sistema de Normalização Contabilístico (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei nº158/2023, de 13 de julho.

Estas Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade da Fundação, relativamente à sua atividade.

As Demonstrações Financeiras apresentadas são as primeiras demonstrações financeiras anuais de acordo com as NCRF.

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em Euros (€). As principais políticas contabilísticas utilizadas pela Fundação, são as apresentadas

abaixo.

REFERENCIAL CONTABILÍSTICO PREPARAÇÃO DAS DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 — As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o Sistema de Normalização Contabilística, tendo sido adotada a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL), de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, com as alterações previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.





2.2 — Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com as disposições do SNC-ESNL em vigor, com a flexibilidade permitida em função da situação concreta. Os pressupostos subjacentes, características qualitativas das Demonstrações Financeiras e normas contabilísticas adequadas foram aplicados com ponderação. As contas apresentadas expressam, com clareza, uma imagem verdadeira e apropriada do património, da posição financeira e dos resultados das operações realizadas no período a que se reportam. Adotaram-se, também, as práticas contabilísticas consignadas na legislação fiscal em vigor. No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 — Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior, bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

As demonstrações financeiras do exercício de 2024 são comparáveis as do exercício de 2024.

Decorrente da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, as anteriores normas contabilísticas foram objeto de alterações, implicando a revisão dos modelos de demonstrações financeiras em vigor até 31 de dezembro de 2015, através da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho.

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

3.1 — Principais políticas contabilísticas:

As Demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.





Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional de apresentação.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações. (encontram-se totalmente amortizados)

Investimentos Financeiros

Não existem investimentos financeiros.

Inventários

Mercadorias e Matérias-Primas - As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. A Instituição tem por opção efetuar as compras conforme a ementa semanal, não tendo por essa razão grandes quantidades em inventário.

Subsídios do Governo

Os subsídios do governo através da Segurança Social, são provenientes do protocolo existente para as Valências de Lar Internamento e Apoio Domiciliário.





Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber dos Utentes

Instrumentos Financeiros

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis.

Beneficios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio por turno, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte.

Eventos subsequentes

Não existem eventos subsequentes suscetíveis de divulgação.

Outras políticas contabilísticas:

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidades, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados, sempre que possa ser medido de forma fiável.

Principais pressupostos relativos ao futuro:





As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

Principais fontes de incerteza das estimativas:

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras anexas.

3.2 — Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

No seguimento da mais recente adaptação da FAQ39 da Comissão Normalização Contabilística (CNC), que determina o enquadramento contabilístico das verbas provenientes dos acordos de cooperação entre o Estado e as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL), cumpre esclarecer:

- 1. Sempre que a comparticipação mensal paga às IPSS, no âmbito dos acordos de cooperação, for atribuída como apoio ao pagamento da mensalidade devida pelo utente (respostas sociais com pagamento apurado de acordo com a variação de utentes), o valor recebido deverá ser registado contabilisticamente na conta 72 – Prestação de Serviços.
- 2. Sempre que a comparticipação mensal paga às IPSS, no âmbito dos acordos de cooperação, seja atribuída com vista a suportar os custos de funcionamento da entidade independentemente do número de utentes (valor fixo da comparticipação), o valor recebido deverá ser registado contabilisticamente na conta 75 – Subsídios à Exploração.
- 3.3 Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

As estimativas contabilísticas não foram alteradas.

3.4 — Correção de erros de períodos anteriores: indicação da natureza do erro material e dos seus impactos nas demonstrações financeiras do período.

Não foram detetados erros relativamente aos períodos anteriores,





de acordo com o parágrafo 6 da NCRF-ESNL.

4. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

4.1 — Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis:

Critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta:

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Métodos de depreciação usados:

As depreciações são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta.

Os terrenos não são depreciados.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas:

As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Activos fixos tangíveis	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	7 a 20
Equipamento de transporte	4 a 6
Equipamento administrativo	3 a 10
Outros activos fixos tangíveis	4 a 14

d) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as depreciações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações:

A quantia escriturada, as depreciações acumuladas, reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:







	Saldo Inicial 31/12/2023	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final 31/12/2024
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	16 468,45			16 468,45
Edificios e Outras Construções	417 434,24	20 139,94		16 473,23	421 100,95
Equipamento Básico	287 519,70	1 990,62		100,56	289 409,76
Equipamento de Transporte	72 132,00	2 881,45		19 400,00	55 613,45
Equipamento Administrativo	82 586,37	0,00			82 586,37
Outros activos fixos tangíveis	8 838,38	0,00			8 838,38
	868 510,69	41 480,46	0,00	35 973,79	874 017,36
Valor Líquido	717 087,01				773 919,87

- 4.2 Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:
- a) Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis que sejam dados como garantia de passivos;

Não existem quaisquer restrições à titularidade de ativos fixos tangíveis da Instituição.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

- 5.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis:
- a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas, os métodos e as correspondentes taxas de amortização usadas, bem como as razões que apoiam a avaliação de uma vida útil indefinida

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade.

Todos os itens constantes na rubrica de ativos intangíveis têm a sua vida útil finita.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas numa base sistemática segundo o método da linha reta, em sistema de duodécimos. As vidas úteis foram determinadas de acordo com a expectativa da afetação do desempenho dos ativos.





b) Reconciliação da quantia escriturada no início e fim do período que mostre as adições, as revalorizações, as alienações, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

	Saldo Inicial 31/12/2023	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final 31/12/2024
Projectos de Desenvolvimento	35 833,10	0,00		0,00	35 833,10
Programas de Computador	0,00			0,00	0,00
	35 833.10	0,00		0,00	35 833,10
Depreciações Acumuladas	Saldo Inicial 31/12/2023	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final 31/12/2024
Depreciações Acumuladas Projectos de Desenvolvimento		Aumentos 0,00	Alienações		31/12/2024
	31/12/2023		Alienações	Abates	31/12/2024 35 833,10
	31/12/2023 35 833,10	0,00	Alienações	Abates 0,00	

5.2 — Divulgações sobre restrições, garantias e compromissos:

Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos intangíveis que sejam dados como garantia de passivos;

Não existem quaisquer restrições à titularidade de ativos intangíveis da Instituição, nem ativos intangíveis dados como garantia de passivos.

6. CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

6.1 - Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 a decomposição da rubrica de empréstimos é a seguinte:

Rubrica	31/12/2024	31/12/2023
Financiamentos Obtidos / Empréstimos Bancários /	87 232,10	98 249,07
	87 232,10	98 249,07

7. INVENTÁRIOS

7.1 — Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada:

Os inventários de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros





incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio e o Sistema de inventário intermitente.

7.2 - Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade:

	Saldo em	Saldo em
Rubrica	31/12/2024	31/12/2023
Matérias-Primas	0,00	0,00
Total dos Inventários	0,00	0,00
	Saldo em	Saldo em
Movimentos	31/12/2024	31/12/2023
Inventário Inicial	0,00	0,00
Compras	76 011,55	71 183,05
Regularizações de inventários	254,65	261,77
Inventário Final	0,00	0,00
Gastos do período	75 756,90	70 921,28

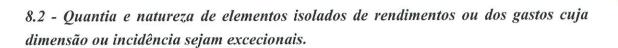
RÉDITO

8.1 - Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvam a prestação de serviços.

O rédito encontra-se mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, a qual, em geral, é determinada entre a entidade e o comprador ou utente do ativo







Rubrica	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Vendas		
Cortiça	0,00	0,00
Prestação Serviços		
Creche	414,50	9 522,83
Pré-Escolar	17 995,11	18 092,68
ATL	12 744,89	13 444,84
ERPI	132 317,17	87 319,08
Centro Dia	38 259,82	21 492,65
SAD	27 619,24	24 250,15
	229 350,73	174 122,23
Acordos Segurança Social		
Creche	134 094,74	0,00
Pré-Escolar	40 886,02	0,00
ATL	19 070,38	0,00
ERPI	83 292,48	0,00
Centro Dia	17 873,51	0,00
SAD	58 579,76	0,00
Fundo de Socorro Social	0,00	0,00
	353 796,89	0,00
	583 147,62	174 122,23

O valor 583.147,62 €, inscrito nas rubricas Vendas e Prestação de Serviços, foi efetuado para entidades do mercado interno na sua globalidade, com a alteração da política contabilística às vendas e prestações de serviços, incluindo os acordos de cooperação com a Segurança Social, teremos de acrescentar os 353.796,89 €, que culminou no total da rubrica de 583.147,62 €.

9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

9.1 — Reconciliação, para cada classe de provisões, da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos, as reduções e as reversões.

Sem movimento

9.2 — Breve descrição da natureza e quantia de cada classe de passivos contingentes à data do balanço.

Sem movimento.





SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS 10.



10. 1 — Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período que mostre os aumentos e as reduções dos subsídios das entidades públicas reconhecidos nos fundos patrimoniais

Sem movimento

10. 2 — Beneficios sem valor atribuído, materialmente relevantes, obtidos de terceiras entidades;

Não foram obtidos benefícios sem valor atribuído.

10.3 — Principais doadores/fontes de fundos.

Os principais doadores de fundos foram as seguintes entidades coletivas públicas:

Alteração de política contabilística faz com que os acordos de cooperação com a segurança social deixaram de configurar como subsídios à exploração.

	Saldo em	Saldo em
Rubrica	31/12/2024	31/12/2023
Acordos Segurança Social		
Creche	0,00	102 568,38
Pré-Es colar	0,00	37 135,05
ATL	0,00	13 146,10
ERPI	0,00	85 495,39
Centro Dia	0,00	14 241,65
SAD	0,00	53 039,69
Fundo de Socorro Social	0,00	3 868,35
	0,00	309 494,61
Outros		
Junta Freguesia Salvada Quintos	54 127,30	50 000,00
Municipio de Beja	2 000,00	1 250,00
CDSS Beja / Lay off	15 594,08	2 628,45
IAPMEI	0,00	0,00
IEFP	4 963,25	13 849,40
Doações e heranças	2 094,55	1 000,00
f (C)	78 779,18	68 727,85
	78 779,18	378 222,46



11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

11.1 — Bases de mensuração e políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras, utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros.

A entidade reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro, apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

- 11.2 Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:
- a) Créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços;
- b) Créditos sobre entidades subsidiárias e associadas;
- c) Outros créditos;
- d) Fundos subscritos e não realizados;
- e) Diferimentos.

Não se verificam situações desta natureza

- 11.3 Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano:
- a) Empréstimos por obrigações;
- b) Dívidas a instituições de crédito;
- c) Adiantamentos recebidos sobre encomendas;
- d) Dívidas por compras e prestações de serviço;
- e) Dívidas representadas por letras e outros títulos a pagar;
- f) Dívidas a entidades subsidiárias e associadas;
- g) Outras dívidas;
- h) Diferimentos.
- 11,4 A quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria é a seguinte:





11.4.1. Clientes/Fornecedores/créditos a receber/outros passivos correntes/pessoal

Sem movimento

11.4.2. Financiamentos obtidos

Sem movimento

11.4.3. Investimentos financeiros

Não se verificam situações desta natureza

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de «Investimentos Financeiros», apresentava a seguinte decomposição:

Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros consistem nas comparticipações para o Fundo de Compensação do Trabalho.

	Saldo em	Saldo em
Rubrica	31/12/2024	31/12/2023
Fundo Compensação do Trabalho	10 790,20	10 790,20
9	10 790,20	10 790,20

11.4.4 Caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2024 e 2023, a rubrica de caixa e depósitos bancários apresentava a seguinte decomposição:

	Saldo em	Saldo em
Rubrica	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	34 416,96	46 271,50
Depósitos à Ordem	63 962,27	57 854,56
	98 379,23	104 126,06





BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS 12.

12.1 — Número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras.

O número médio de funcionários durante o período foi de 28.

Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
407 503,23	344 655,34
87 550,81	73 787,72
12 803,80	13 465,64
1 237,41	0,00
509 095,25	431 908,70
	31/12/2024 407 503,23 87 550,81 12 803,80 1 237,41

12.2 — Compromissos existentes em matéria de pensões.

Não existem quaisquer situações de benefícios pós-emprego (pensões) e outros beneficios a longo prazo de empregados.

— Membros dos órgãos de direção 12.3

Remunerações dos órgãos de direção

Os órgãos de direção não são remunerados.

ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

- 13.1 -As presentes Demonstrações Financeiras serão emitidas para aprovação pela Direção, após parecer do Conselho Fiscal da Associação.
- 13.2 Até à data referida no ponto anterior, não ocorreram factos significativos que mereçam destaque.





14. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS



14.1 — Situação tributária e contributiva

A entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no artigo 210º da Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo), informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1 – Clientes

Em 31 de Dezembro de 2024 a decomposição da rubrica de clientes é a seguinte:

Rubrica	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Clientes conta corrente	28 570,04	27 600,23
	28 570,04	27 600,23

15.2 - Estado e Outros Entes Públicos e Outras Contas a Receber

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 a decomposição da rubrica de Estado e Outros Entes Públicos e Outros Devedores Diversos é a seguinte:

31/12/2024	31/12/2023
26 860,39	15 738,46
10 043,24	243,63
36 903,63	15 982,09
31 921,75	16 497,41
0,00	0,00
68 825,38	32 479,50
	31/12/2024 26 860,39 10 043,24 36 903,63 31 921,75 0,00 68 825,38





15.3 - Capital Próprio

De acordo com o disposto nos Estatutos da Associação e no Código das Sociedades Comerciais, a Associação é obrigada a transferir para a rubrica de Resultados Transitados, o valor apurado no Resultado Líquido apurado em cada período.

Movimento na rubrica de "Capital Próprio" no período de 2024:

Saldo Inicial 31/12/2023	Aumentos	Redução	Saldo Final 31/12/2024
38 702,54	0,00	0,00	38 702,54
0,00	0,00	0,00	0,00
123 651,03	143 562,68	0,00	267 213,71
0,00		0,00	0,00
146 866,21	0,00	-20 428,63	167 294,84
143 562,68	68 226,86	143 562,68	68 226,86
452 782,46	211 789,54	123 134,05	541 437,95
	31/12/2023 38 702,54 0,00 123 651,03 0,00 146 866,21 143 562,68	31/12/2023 Aumentos 38 702,54 0,00 0,00 0,00 123 651,03 143 562,68 0,00 146 866,21 0,00 143 562,68 68 226,86	Aumentos Redução 38 702,54 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 123 651,03 143 562,68 0,00 0,00 0,00 146 866,21 0,00 -20 428,63 143 562,68 68 226,86 143 562,68

15.4 - Fornecedores e Outras Dívidas a Terceiros

Em 31 de Dezembro de 2024 a decomposição da rubrica de Fornecedores e Outras Dívidas de Terceiros é a seguinte:

Rubrica	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Fornecedores:		
- Fornecedores conta corrente	52 675,54	12 367,55
Estado e Outros Entes Públicos:		
- Retenções de Imposto sobre o rendimento efectuadas a terceiros	6 175,65	1 157,29
- Segurança Social a pagar	218 293,74	276 519,21
2-8-1118	224 469,39	277 676,50
Outras Contas a Pagar:		
- Remunerações a Pagar	508,45	61 977,68
- Estimativa de F+SF	69 207,12	
- Devedores por Acréscimo	4 113,93	2 901,71
- Outros credores	840,24	840,24
	74 669,74	65 719,63
Diferimentos:		
- Rendimentos a reconhecer	0,00	0,00
	351 814,67	355 763,68

Nota:

As NCRF que não constam deste relatório não se aplicam à atividade da Associação, durante o presente exercício.





Proposta de deliberação de Aplicação de Resultados

Considerando o Resultado Líquido do Exercício de 2024 no valor de 68.226,86 € (sessenta e oito mil duzentos e vinte e seis euros e oitenta e seis cêntimos), propõe-se à Direção que o montante, tenha a seguinte aplicação:

- Resultados Transitados

68.226,86 €

Contabilista Certificado

Assinado por: **Ricardo Jorge Ciríaco da Silva** Num. de Identificação: 12337741 Data: 2025.06.17 14:30:21+01'00'

Certificado por: Ordem dos Contabilistas

Certificados

Atributos certificados

Membro da OCC nº 83142

Pos CONTABILISTAS

CERTIFICADOS

Direção



